



DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO PARÁ

NOTA DE APOIO

Os órgãos abaixo-assinados, vocacionados na promoção dos direitos de grupos racializados, vêm a público, acostando-se no parecer que segue em anexo, da lavra da Defensora Pública do Estado de Minas Gerais, Mariana Carvalho de Paula de Lima (em precedente da Defensoria Pública de Minas Gerais), afirmar a importância de políticas afirmativas de equidade étnico-racial, como a **proposta de resolução de política de cotas étnicorraciais levada para apreciação do Conselho Superior da Defensoria Pública pelo Grupo de Trabalho pela Igualdade Racial da DPPB, a ser adotada nos concursos e processos seletivos no âmbito da Defensoria Pública do Estado da Paraíba.**

Com efeito, toda política que vise a incluir grupos historicamente oprimidos, a exemplo da população negra, dos povos indígenas e outras comunidades tradicionais deve ser estimulada. As práticas inclusivas devem permear a atuação de toda a administração pública, para que se possa reduzir as evidentes desigualdades étnicorraciais existentes no Brasil.

Nesse sentido, merece apoio a proposta de resolução de política de cotas étnicorraciais para os concursos e processos seletivos no âmbito da Defensoria Pública do Estado da Paraíba, concretizando sua missão constitucional de promoção dos direitos humanos e da defesa técnica e intransigente das pessoas em situação de vulnerabilidade, contribuindo com o enfrentamento ao racismo estrutural, racismo institucional e promovendo uma sociedade, cada vez mais, plural e democrática.

Belém/PA para João Pessoa/PB, 02 de junho de 2021.

ANDREIA MACEDO BARRETO
Defensora Pública do Estado do Pará
Coordenadora do Núcleo das Defensorias Agrárias do Pará
Coordenadora do GTI Direitos dos Quilombolas e Combate ao Racismo no
Estado do Pará